

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.943 - SP (2019/0295559-4)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : PAULO EMENDABILI SOUZA BARROS DE CARVALHOSA
ADVOGADO : PAULO EMENDABILI S BARROS DE CARVALHOSA -
SP146868
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ROMILDO CARLOS DE OLIVEIRA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de ROMILDO CARLOS DE OLIVEIRA contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo proferido no HC n. 2086941-55.2019.8.26.0000, assim ementado:

"Habeas corpus, com pedido liminar. Falsidade ideológica. Art. 299, do CP. Alegação de falta de justa causa para instauração de inquérito policial. Pedido de trancamento. O pleito de trancamento da investigação em sede policial pela via do habeas corpus constitui medida excepcional só admissível quando evidente a falta de justa causa para o seu prosseguimento, seja pela inexistência de indícios de autoria do delito, seja pela não comprovação de sua materialidade, seja ainda pela atipicidade da conduta do investigado. Matéria de mérito que carece de dilação probatória. Ordem denegada." (fl. 40)

Na presente impetração, a defesa sustenta que não constitui falsidade ideológica a omissão em Cartório de Registro de Imóveis o fato do paciente ser casado, quando, na realidade já estava separado de fato.

Requer, assim, em liminar, a suspensão do andamento do inquérito policial e, no mérito, o seu trancamento.

É o relatório.

Decido.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Superior Tribunal de Justiça

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do Ministério Público Federal.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar.**

Devidamente instruído, encaminhem-se os autos ao *Parquet* para parecer.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 03 de outubro de 2019.



MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator